

Campanella: a consciência possível da Contra-Reforma. Considerações sobre o “*Appendice della politica detta La Città del Sole di fra’ Tommaso Campanella – Dialogo poetico*” (1602)

Carlos Eduardo Ornelas Berriel

Universidade Estadual de Campinas

Resumo

Este artigo propõe uma leitura da *Cidade do Sol*, a utopia mais sintética e formalizadora dos intrincados problemas da Contra-Reforma, escrita por Tommaso Campanella (1568-1639) em 1602, durante seu cativeiro em Castel Nuovo, Nápoles. Trata-se de sua obra política mais conhecida, na qual expõe a sua república ideal, baseada numa interpretação pessoal da filosofia da natureza de Bernardino Telésio, teocrática e ao mesmo tempo aristocraticamente comunista. Analisa-se aqui a religião natural de Campanella e sua busca pela conciliação relação entre fé e razão, que leva à transformação do contraste excludente entre essas esferas, construído pelo agnosticismo renascentista, em uma explícita continuidade gradual que conduz a filosofia da natureza a se transformar em argumento a favor do cristianismo.

Palavras-chave

Campanella, Contra-Reforma, Razão e Fé, Religião Natural, Telesio.

Carlos Eduardo Ornelas Berriel é professor de História Literária no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, onde dirige o grupo de pesquisa Renascimento e Utopia e o Centro de Pesquisa sobre Utopia (U-TOPUS). É editor da revista **MORUS – Utopia e Renascimento**. Escreveu, entre outros estudos, **Tietê, Tejo e Sena**. A obra de Paulo Prado (Campinas: Papirus, 2000), e organizou **Mario de Andrade Hoje** (São Paulo: Ensaio, 1989). Está organizando uma antologia de utopias da Contra-Reforma italiana.

Tommaso Campanella (1568-1639) escreveu *A Cidade do Sol* em italiano (*volgare*), em 1602, durante seu cativeiro em Castel Nuovo, Nápoles. Trata-se de sua obra política mais conhecida, na qual expõe a sua república ideal, baseada na sua interpretação pessoal da filosofia da natureza de Bernardino Telésio, teocrática e ao mesmo tempo aristocraticamente comunista. Desde 1606 ele fez freqüentes menções a esta obra em sua correspondência. Em 1607 um exemplar manuscrito foi entregue a Caspar Schoppe, que a divulgou com várias cópias na Itália e na Alemanha, no período em que Campanella tentava, através de seus *Aforismi Politici*, subtítulo de “*Appendice alla politica*”, expandir para um campo de aplicação mais concreto seu projeto utópico. Em 1611 o texto foi acrescido de algumas anexações, pouco numerosas porém importantes, revisão esta que consta do *Manuscrito 2618* da Biblioteca Governativa de Lucca, base das edições modernas.

Estimulado em 1613 por Tobia Adami, outro sábio alemão, Campanella empreende a tradução para o latim de suas obras filosóficas mais importantes, para difundi-las na Alemanha. Traduzida em 1615 e enviada a Adami em 1619, a *Civitas Solis* foi impressa pela primeira vez em Frankfurt em 1623, espremida dentro da volumosa *Philosophia realis* - daí a justeza de sua classificação como “apêndice”.

Este conjunto de escritos sobre física, ética, política e economia foi republicada com expressivos aumentos e sob a supervisão do autor, na edição definitiva impressa em Paris em 1637. A *Civitas solis*, retocada em alguns pontos, ocupa modestas 25 páginas de um total de mil que compõem o volume.

As fontes inspiradoras de Campanella para a invenção da *Cidade do Sol* são de fácil identificação, como sugere Raymond Trousson: seriam os escritos de Platão e a utopia de Morus, em primeiro lugar, e também a sua própria experiência pessoal da vida monástica. As concepções urbanísticas remetem a algumas descrições de Heródoto, aos desenhos de Leonardo da Vinci e às *Relazioni universali* de Botero (que descrevia um templo mexicano e a cidade de Campanel, nas Índias). Podem ser somadas a estas fontes outras utopias menores, como a de Anton Francesco Doni, e às reflexões urbanísticas de Filarete, Leon Batista Alberti, além, é claro, dos relatos das viagens de descobertas.

1. O problema campanelliano

Tommaso Campanella é o autor da utopia mais sintética e formalizadora dos intrincados problemas da Contra-Reforma. Sua estrutura é ampla, complexa, audaciosa, e para compreendê-la é necessário arregimentar noções funcionais daquele período histórico – estamos pensando não apenas na crise religiosa, com a reordenação da Igreja Católica no processo do Concílio de Trento, mas também na consolidação da monarquia espanhola sob o absolutismo, nas guerras de religião na França, na Guerra dos 30 Anos, na passagem da economia mercantil para a manufatura – e enfim, na revolução científica.

Campanella, como Morus, foi um erudito e adversário da escolástica; ambos foram mártires da política – o primeiro foi torturado e passou metade da vida nos cárceres inquisitoriais católicos, e o segundo foi executado pelo Estado inglês, por sua fidelidade à Igreja Católica. Alguns historiadores buscaram paralelismos entre eles, mas sem conseguirem ir além das similitudes primárias. Entre o generoso e cálido humanismo epicurista de Morus e a fria e inóspita metafísica de Campanella só podemos encontrar distância e oposição. Enquanto o pensamento de Morus é aristocrático e elegantemente ético, o de Campanella é estridente, revoltado e messiânico.

Campanella veio da pobreza do campo da Calábria, onde nasceu em 1568, filho de um sapateiro analfabeto. A Calábria era uma terra fértil para a geração de agitadores sociais, sucessivamente sacudida por heresias e movimentos religiosos, e berço do milenarista Joaquim de Fiori. Para ter acesso ao mundo instruído, Campanella entrou para a Ordem dos Dominicanos aos treze anos, e foi tomado de admiração pela doutrina de São Tomás de Aquino e Alberto Magno, os grandes santos desta ordem. Foi um leitor ardoroso de tudo quanto houvesse na biblioteca do convento. Aos vinte anos, transferido a Cosenza para seguir o curso de teologia, lê *De rerum natura iuxta propria principia* de Bernardino Telésio, obra que expõe uma física inteiramente naturalística, completamente antagônica ao aristotelismo dominante nas escolas. Campanella descobre em Telésio a existência de um método racional de apropriação da realidade tangível, um caminho para chegar à verdade mediante a observação direta da natureza. Esta obra se lhe revelou coerente e libertadora – o que significa atribuir sentidos incoerentes e opressivos na física aristotélica –, e ele foi entusiasticamente conquistado por ela. Tornando-se discípulo de Telésio, escreveu em 1590 a *Philosophia sensibus demonstrata*, um texto que o colocava fora da ortodoxia católica e que evidenciava seu afastamento das regras vigentes da Igreja. A influência de Telésio será perene e estruturante em seu pensamento, e decisiva para a elaboração da *Cidade do Sol*. Entre 1591 a 1594 foi preso duas vezes, acusado de heresia, livrando-se a duras custas das acusações.

Campanella já havia elaborado em suas primeiras obras um ambicioso e temerário projeto. Com a Reforma luterana, a Igreja passara a ter o seu poder político questionado – ou mesmo suprimido – em toda a Europa. Um dos efeitos destes acontecimentos foi a separação entre poder espiritual e poder temporal, e é contra este fato que Campanella se insurge. Em sua concepção, o mundo cristão deveria conhecer um único governo, que seria exercido por um soberano que fosse ao mesmo tempo soberano e sacerdote – logicamente, o papa. O estabelecimento de uma hierocracia torna-se sua causa, e a exposição deste cesaripapismo está nos *Commentarii sulla monarchia de' Cristiani* (1593) e em *Discorsi del governo ecclesiatico* (1594). A *Monarquia de' Cristiani*,¹ citada como escrita “ao pontífice”, é um texto de extrema importância no conjunto da obra campanelliana, e sua malsinada perda (seqüestrado e extraviado

¹ Para informações externas sobre a obra fica indicado o estudo de FIRPO (1940, p. 177-8).

pela Inquisição) permitiu a manifestação de muitos equívocos: desde 1595 Campanella escrevia que o “livro da Monarquia cristã... trata com razões divinas e humanas desta monarquia doada ao Papa, e futuramente a mostra em um só rebanho e um só pastor, como disse o oráculo de Jesus Deus”; e em outro lugar: “aquele século de Adão-inocente vem restituir-me Cristo como Inocente... porque se cada um observasse inteiramente as suas leis, cessar-se-iam as guerras, carestias e pestilências, como escreveu aquele amigo que compôs a Monarquia cristã.”

O ideal universalista de Campanella já nasce maduro em suas manifestações, e seu primeiro texto político já coloca as questões que por 45 anos ocuparão a sua mente: o estado de inocência primordial na natureza, a queda desta condição - que trouxe como resultado todos os males ao mundo - a esperança numa regeneração cósmica que reconduzisse a humanidade de volta ao século de ouro quando, canceladas as contradições entre os homens, seria instituída uma única monarquia ecumênica, sacerdotal e cristã, que governaria o mundo numa idade de paz e beatitude. São desejos inteiramente intrínsecos à concepção do universalismo católico; permanece o pecado de Adão como a origem da queda que destruiu o idílio paradisíaco, e a vinda de Cristo continua a ser aceita como a redenção humana; entretanto, esta redenção permanece em estado potencial, não sendo imediatamente atuante no plano político-social - assim como é, por outro lado, para o fim da salvação individual - sem uma enérgica colaboração do homem. A ação humana pela salvação consciente permanece incipiente, segundo Campanella, porque as palavras de Cristo não são fielmente ouvidas e seguidas, retardando por isso a volta da paz e da felicidade sobre a terra. Para abreviar o advento deste acontecimento áureo, anunciado pelas escrituras e por ele profetizado, Campanella se empenha em tirar do caminho os obstáculos constituídos pelos acordos políticos internacionais (assunto central da sua *Monarchia*) e na correção dos vícios notórios da Igreja (ao qual dedicou o *Del governo ecclesiastico*), cujo clero resistia à renovação de suas práticas e à purificação dos excessos para estar à altura do governo universal por ele predicado. Pensando também em termos práticos, Campanella advoga que um poderoso soberano europeu coloque seus recursos econômicos, políticos e militares para viabilizar a conquista desta monarquia universal e colocá-la em seguida aos pés do trono pontifício romano. Campanella propõe esta missão primeiramente a Felipe II, rei de Espanha (*Discorsi ai principi d'Italia*, 1595), e 40 anos depois ao rei da França, Luis XIV (*Monarchie delle nazioni*, 1635), e ao seu ministro, o Cardeal Richelieu.

Sendo claramente mais do que um reformador teórico, Campanella adota a ação direta, e a revolta da Calábria em 1599 lhe fornece uma ocasião que não poderia ser perdida. Nesta empresa visionária Campanella se joga de corpo e alma: misturado à multidão de iludidos, rebeldes e facínoras, Campanella planeja libertar a Calábria da nobreza feudal e do domínio espanhol, e instaurar pela força uma sociedade comunista, uma república comunitária e teocrática, da qual

ele mesmo seria o legislador e o chefe, organizando a região segundo os princípios de uma Cidade de Deus. Seu plano é destruir a dominação espanhola aproveitando-se das dissensões internas do Reino de Nápoles, com a ajuda do povo sublevado e dos Turcos. Campanella vai à luta à revelia da Igreja, que ignorara suas propostas ecumênicas. Fomenta abertamente a rebelião e anuncia as futuras transformações do mundo, previstas através de presságios e de prodígios significativos para o ano de 1600, quando adviria a república cristã prometida por Santa Catarina e Santa Brígida. A revolta fracassa, delatada ao governo espanhol por dois traidores. Campanella é preso em 1599 junto com centenas de revoltosos, acusado de lesa-majestade e de heresia, sendo reconhecido como o chefe da revolta. Torturado, Campanella permanecerá 27 anos no cárcere. Enfim solto, emigra para a França, país do qual admira a política contra os protestantes e que o recebe com honras, e falece em Paris em 1639.

2. A Cidade do Sol

Campanella compôs a sua utopia na prisão napolitana, possivelmente para explicar seu projeto político, construído a partir da sua teoria, e para colher como resultado a sua absolvição. O enredo romanesco deve muito à *Utopia* de Morus, à sua moldura literária, e mesmo à expressiva série de utopias publicadas durante os noventa anos que separam estas duas obras centrais do gênero. O nome da Cidade do Sol deriva do culto “solar” que nela se celebra, e que constitui o centro da vida espiritual desta comunidade e ponto de partida dinâmico de toda a sua vida. Existe nela a característica exterior mais evidente e mais comum das utopias, o *insularismo*, porque a utopia é sempre isolada da História, mesmo não sendo uma ilha: a *Cidade do Sol* de Campanella fica “numa vasta planície situada sob o Equador”. Este insularismo não é apenas uma ficção geográfica casual, mas uma atitude mental, sendo a ilha clássica apenas um recurso de representação. Satisfaz-se com este expediente o princípio de preservação da comunidade utópica da corrupção externa, e constitui-se um universo fechado em si mesmo, um microcosmo no qual leis específicas permitem a existência de uma sociedade incontaminada pelo desenvolvimento concreto, onde vivem autor e os leitores da utopia – o mundo “real”.

A *Cidade do Sol* adota a forma de diálogo (uma das heranças platônicas) entre o Grande Mestre dos Hospitalários e um capitão genovês² – anteriormente timoneiro de Cristóvão Colombo – que, ao desembarcar em Taprobana (Ceilão), descobriu a Cidade do Sol no centro de uma vasta planície. Essa *polis* filosófica reproduz o desenho de Copérnico configurando o sistema solar, com sete zonas concêntricas e circulares, bem fortificadas, e com o nome dos sete planetas. Ao centro está um templo redondo, coração e cérebro da cidade.

² Na edição que reproduz o manuscrito de 1602 os interlocutores são: “Hospitalário e Genovês timoneiro de Colombo”. Nas edições que seguem a 1ª edição publicada, de 1623, os interlocutores são: “um Cavaleiro da Ordem dos Hospitalários de São João em Jerusalém e um Genovês seu hóspede, almirante a serviço de Colombo, o grande navegador”.

O regime político expressa o sistema hierocrático, intrínseco à proposta de Campanella. Acima de todos está o Metafísico ou o Sol, intitulado *Hoh*, o “chefe de todos em nível espiritual e temporal”, um príncipe sacerdote que com superioridade brilha pela vastidão de saber, e que é escolhido entre os 24 religiosos do templo dedicados à oração e à reflexão. Na *Cidade do Sol*, assim como na *Monarchia Messiae* (1633), o poder exercido pelo soberano emana de Deus e a ele pertence, sendo representado na Terra por Hoh. Esse sacerdócio, investido de poder político, deve o seu prestígio à própria sapiência metafísica, à própria experiência histórica e técnica, e é consagrado por uma ordem sacramental e uma investidura divina.

Hoh é continuamente apoiado no exercício do poder por um triunvirato, um conselho supremo, composto por:

A) *Pon*, ou a Potência, com jurisdição sobre as atividades da guerra e a paz; sob seu comando, homens, mulheres e crianças são continuamente preparados para a guerra, ainda que os solarianos sejam pacíficos como os utopianos de Morus, e só combatem para se defender ou para manter o equilíbrio de poder na região.

B) *Sin*, ou a Sapiência, coordena as atividades artísticas e o conhecimento, pois os solarianos amam acima de tudo o saber. Todos os setes muros da cidade são pintados com cartas geográficas, figuras matemáticas, grandes personagens, animais, plantas, etc., fazendo com que a cidade seja uma espécie de livro em si mesma. O poder solariano atribui particular importância à Pedagogia, esfera onipotente e método fundamental de ação sobre o material humano: seu projeto é erradicar do homem a sua natureza primitiva, individualista e anárquica. Mais do qualquer outro, importa o saber constitutivo da ordem social. A pedagogia busca a introjeção da ordem e da regra (para suprimir a dissidência e a contestação), e objetiva fundamentalmente tornar a estrutura mental conforme à estrutura social. As crianças são instruídas brincando ao longo do muro da cidade, e estado se ocupa da sua instrução desde a idade de um ano. Não se trata de orientá-las segundo as suas inclinações pessoais, mas sim de fazê-las compreender todas as áreas do saber; assim as crianças aprendem todos os ofícios, escolhendo uma ocupação definitiva apenas depois de terminada a sua instrução geral. O resultado exemplar desta educação enciclopédica é Hoh o Metafísico, criatura onisciente, ao mesmo tempo cientista e filósofo, intermediário entre a vontade divina e a inteligência humana. Para os solarianos, aquele que domina todas as ciências deve ter poder inclusive sobre a ciência do governo.

C) *Mor*, ou o Amor, cuida do setor da procriação e do matrimônio, funções estreitamente controladas. Aqui, o dirigismo é completamente radical. Os rapazes se casam aos 21 anos e as moças aos 19 anos. Matrimônio e procriação não são atividades em que os cidadãos obedeçam a um livre arbítrio ou escolha, mas entregam seus

corpos ao Estado para uma função essencial. Os indivíduos são casados segundo prescrição médica, que utilizam critérios oriundos da eugenia das estrebarias com a finalidade de aprimorar a raça. A cópula dos esposos se dá na hora estabelecida pela astrologia. Os futuros esposos, enquanto aguardam separados, recolhem-se em oração, e a mulher deve contemplar as estátuas de homens ilustres, cujas imagens influenciarão positivamente a sua progênie. As mulheres estéreis ficam a serviço da comunidade, e podem atender aos homens que não conseguem se manter castos. As crianças, como em Esparta, pertencem à cidade.

Todas as pessoas, além de estarem constituídas pelas categorias primárias do ser (Potência, Sapiência e Amor), possuem também as três categorias primárias do não-ser: Impotência, Incipiência e Ódio. Cada um dos governantes supremos é aconselhado por magistrados que levam o nome das virtudes que encarnam: Temperança, Magnanimidade, Justiça, Diligência. Pon, Sin e Mor representam o perfeito triunvirato auxiliar, e cada um deles não precisa saber mais do que as artes às quais pertencem e representam.

Há na Cidade do Sol um poder absoluto, pois a Assembléia do povo tem o poder para destituir apenas os magistrados secundários, mas não os quatro principais. A destituição se dá de forma consensual, pois os magistrados são tão sábios e virtuosos que se demitem espontaneamente de seus cargos, quando encontram um cidadão mais apto e digno que eles para o exercício da função. Na Cidade do Sol vigoram poucas leis, não existem prisões, e os culpados de crimes graves recebem a pena capital. Prevalece a uniformidade social como principal resultado das leis: o solariano é um integrista que ignora dissensos, oposições, dissidências, reivindicações; por isso na Cidade do Sol não existem minorias ativas nem partidos políticos, pois a lógica constitutiva desta comunidade não concebe as contradições. O cidadão existe como parte do todo, de um conjunto do qual é apenas uma partícula. A sua vontade se confunde instintivamente com a do estado, racionalmente justo. O dirigismo absoluto é afinal a negação necessária do individualismo: a estrutura social solariana pressupõe o intervencionismo radical, sendo o indivíduo sempre subordinado às exigências de ordem e de equilíbrio total.

A estrutura geométrica da cidade é um sinal evidente do controle perfeito e total do Estado sobre todas as coisas. Seu funcionamento interno é perfeito como o do relógio. A vida associativa, por princípio, não está submetida à fantasia e à exceção, mas sim à norma da racionalidade implícita à cidade. A paixão pela simetria é um reflexo do amor pela ordem levada a um ponto de misticismo. Há o temor de um desenvolvimento “natural”, sujeito às ações perturbadoras da História e dos acontecimentos comuns da vida concreta. É sintomático que a Cidade do Sol não tenha um passado, que não seja o resultado de uma evolução. A utopia solariana é, num presente imutável que não conhece passado nem futuro, já que, sendo perfeita, jamais mudará. O visitante desta utopia, o Almirante ligado a Colombo, a conhece apenas quando ela já está completamente realizada.

A Cidade é organizada como um convento, com adoração perpétua diante do altar no templo, decorado internamente como uma refiguração do universo. A vontade divina inspira cada coisa, e a hierarquia da Cidade vai do homem a Deus, em primeiro lugar através dos sacerdotes, que “servem como intermediários entre Deus e os homens” graças à grandeza de Hoh, o Metafísico. Prevalece a abstração religiosa do deísmo, sustentado pela investigação racional: são sólidos alicerces da religião solar a devoção genérica ao Criador, a crença na providência divina, na imortalidade da alma, na recompensa e na condenação no além. Não há adoração a nenhuma criatura material, proibindo-se qualquer manifestação de idolatria, e o próprio sol é honrado apenas como imagem sensível de Deus; existe a prática da confissão pública e anônima, mas suas intenções são mais ético-sociais que religiosas.

3. A utopia solariana

Na sua concepção original a Cidade do Sol era tão ampla quanto a Terra, confundindo-se com a dimensão do planeta. A composição literária, posterior, levou à adoção do âmbito das utopias circunscritas a uma cidade. Mas constitui uma utopia peculiar, destoante das expressões utópicas por esta época já comuns, pois não possuía intenções críticas nem satíricas, não avançava hipóteses ou modelos, e não visava persuadir: presumia-se, ao contrário, como uma previsão científica, nítida, de um evento certo e fatal, destinado a efetivar-se no mundo real quando as conjunções fossem propícias. Junta assim, com espantosa energia, profetismo e filosofia natural.

Para Solari (1941 e 1946), a *Cidade do Sol* constitui-se em um documento essencial para a compreensão das intenções mais profundas e verdadeiras de Campanella, um texto de síntese escrito para definir suas próprias idéias religiosas, filosóficas e sociais, expor os seus projetos de reforma da Igreja e das instituições políticas. Somente desta forma podemos explicar a gênese deste diálogo utópico enquanto documento literário. A *Cidade do Sol* não é, diferentemente da *Monarchia di Spagna*, um libreto escrito com a finalidade de atrair benevolência ou proteção dos juízes e dos poderosos. Composta na miséria da prisão inquisitorial, essa obra foi, entre outras coisas, um balanço do episódio da conjura da Calábria, uma reafirmação da tese do advento do “novo século áureo” anunciado pelas iminentes “conjunções magnas”.³ Junto ao universalismo teocrático, ainda reafirmado em 1637 com *De regno Dei*, o idealismo social da *Cidade do Sol* permanece durante toda a vida de Campanella o valor mais alto da sua especulação política.

³ Através de seus trabalhos astrológicos, Campanella extrai o seu vaticínio do iminente retorno do mundo a uma unidade política e religiosa, anunciada por Santa Catarina e Santa Brígida, da qual a *Cidade do Sol* é uma exposição.

4. A filosofia natural de Bernardino Telésio

A religião da Cidade do Sol parte do reconhecimento de dois princípios metafísicos, oriundos da filosofia naturalista de Bernardino Telésio. Esta filosofia estabelecia uma interpretação dualista da natureza, fundada sobre a luta entre dois princípios antagônicos: o *Ser*, que é plenitude, e o *Nada*, que é o não-ser. Dito de outra forma, trata-se da dualidade entre o *quente* e o *frio*: o Sol, o princípio do calor, é o primeiro motor do universo e gera a vida, ou o Ser: é centro e símbolo do dinamismo cósmico. O frio corresponde ao não-ser. A Cidade do Sol vive inteiramente a partir destes princípios, que existem segundo as leis de Deus, de quem este astro benéfico é a imagem material.

Com Bernardino Telésio (1509-88) surge, no Renascimento, um naturalismo rigoroso, que se distancia tanto de Aristóteles quanto da magia. Telésio vê na natureza apenas forças naturais, excludentes da metafísica, que devem ser explicadas apenas por seus princípios intrínsecos. Entre 1565 e 1585 publicou sua obra máxima, *De rerum natura iuxta propria principia*, onde expôs sua convicção de que os homens possuem a faculdade de saber sobre tudo o que é natural, e também ter poder sobre tudo o que venha a ser conhecido da natureza. Se pensarmos que este princípio filosófico é constituído nos momentos iniciais da economia manufatureira, poderemos julgar a oportunidade histórica destas idéias. O pensamento telesiano deve ser considerado uma expressão do naturalismo empírico, segundo o qual a natureza é um mundo em si mesmo, regido por princípios intrínsecos e que exclui qualquer força metafísica. A natureza, desta forma, é completamente independente de tudo aquilo que o homem pode imaginar ou desejar; se subtrai a todo arbítrio e deve ser reconhecida por aquilo que é. Telésio fez da filosofia da natureza aquilo que Maquiavel fez da política: uma esfera de reflexão emancipada das outras esferas de pensamento, como a Moral e a Religião.

O objetivo primordial de Telésio é reconhecer uma *objetividade* na natureza, pois as próprias coisas, quando corretamente observadas, manifestam a sua natureza e suas características. Este princípio explicativo tem validade universal, ou seja, a natureza é uma só, em todos os tempos e lugares. O homem possui a faculdade de conhecer a natureza porque ele próprio é natureza; os sentidos são proeminentes meios de conhecimento, e *o homem como natureza é sensibilidade*. Portanto, o que a natureza revela de si coincide com o que os sentidos testemunham: assim, a sensibilidade é a auto-revelação da natureza na sua parte que é o homem. Este é o princípio que Galileu vai adotar e levar, como tese, até suas últimas conseqüências.⁴

Telésio concebe a natureza como constituída por três princípios gerais:

1) Um verdadeiro princípio ativo, o **Sol**, que é quente, luminoso, tênue e móvel;

2) A matéria original dos entes produzidos, a **Terra**, que é fria, escura, densa e imóvel.⁵

⁴ Diz Galileu (1983, p. 161): “Eu poderia dar muitos exemplos da variedade da natureza em produzir seus efeitos de maneira inimaginável para nós, se o sentido e a experiência não nos explicitassem sem, muitas vezes suprir nossa incapacidade.”

⁵ Observe-se que Telésio não tomou conhecimento da teoria heliocêntrica de Copérnico, ao contrário de Campanella.

O Sol e a Terra são, portanto, as sedes dos dois princípios ativos, o *calor* e o *frio*. Como estes dois princípios são incorpóreos, têm necessidade de uma **massa corpórea** que sofra simultaneamente a ação de um e de outro: este é o 3º princípio natural. Assim, todos os fenômenos do mundo são determinados pela ação dos dois primeiros agentes sobre o terceiro.

Aristóteles considerava Deus como sendo o motor imóvel de Céu; em oposição, Telésio julga que a ação de Deus não pode ser restrita à explicação de um fato determinado, ou a um determinado aspecto do Universo: Deus deve ser reconhecido como absolutamente universal e presente em todos os aspectos do universo. Deus é universal como a natureza, que dele advém e *o exprime enquanto forma e princípio*.

Todas as coisas da Terra (natureza) poderiam subsistir sem a ação de uma potência superior, mas o homem, os animais ou os eventos naturais se destruiriam entre si, se não fossem governados por esta potência natural; portanto, a conservação da ordem do mundo pressupõe este ser onipotente, este Deus que é fundamento ou garantia da ordem das coisas. Daí Deus não poder ser invocado como causa direta e imediata de qualquer evento natural, pois sendo garantia da ordem do universo, sua ação é idêntica à da força autônoma da natureza⁶: em outras palavras, a natureza é um análogo de Deus. E lembremos que o homem é parte consciente desta mesma natureza.

Telésio considera a existência de duas almas distintas no homem (KRISTELLER, 1970, p. 132):

1) um *espírito corporal e mortal*, produzido no momento mesmo da geração física, e que é o mesmo dos animais e das plantas. Este espírito existiria por si mesmo, desprovido de finalidade, sendo sua primeira função a *sensação*. As coisas externas atuam sobre ele e o modificam e este espírito é consciente destes fatos, preservando-os na memória.

2) uma *alma superior, divina e imortal*, infundida por Deus e exclusiva do homem, e que possui uma faculdade diferente de pensamento.

Esta condição leva a que o homem possua um duplo desejo e duplo intelecto:

a) só o homem tem a faculdade de perceber as coisas divinas, por possuir uma alma superior;

b) da mesma forma que os animais, o homem percebe os objetos sensoriais, pois possui o espírito corporal.

É justamente por causa deste duplo desejo e intelecto, e da luta entre eles, que o homem possui o livre arbítrio.

5. Religião e ciência na *Cidade do Sol*

O ponto de partida do pensamento de Campanella é a filosofia natural de Bernardino Telésio. Entretanto, aquilo que podemos identificar como sendo seu próprio pensamento agrega elementos

⁶ Este princípio leva à negação da existência dos milagres, por exemplo, já que seriam correções circunstanciais de epifenômenos do mundo.

mágicos e metafísicos que são completamente alheios à obra de Telésio. No decorrer de suas obras, Campanella acaba por transformar *De rerum natura* em uma espécie de cosmogonia teológica, desligada do objetivo de esclarecer os princípios autônomos da natureza, voltada para a conexão entre estes princípios e os seus objetivos teológicos. Campanella vê na natureza a representação de Deus, e nas forças que a movem o campo de ação dos milagres e encantamentos dos magos. Assim, o seu interesse científico é inexistente. Seu objetivo é tomar de assalto a natureza, não compreendê-la ao modo de Telésio.

Podemos, com estas noções, compreender melhor o papel que Campanella atribui à astrologia. Sendo cada coisa oriunda da vontade racional de Deus, que criou a universal animação das coisas, nada é desprovido de sentido ou provém do acaso; portanto, ciência e conhecimento são sagrados porque conduzem à compreensão da vontade de Deus, expressa na natureza: “*Dio come totalità contiene tutto, e nulla è in lui estrinseco, e fuori do lui non sapremmo nulla, come quelli che sono fuori della luce non vedono nulla*” (*Theologia*, c. 2, art. 2, p. 203 *apud* SAITA, 1961, p. 268). A astrologia torna-se assim uma ciência do determinismo, seja histórico ou físico.

O ponto de máxima ligação de Campanella à física de Telésio é a aceitação da supremacia do conhecimento sensível, produto da alma superior doada por Deus. Como Telésio, Campanella considera que o intelecto é, também, sensibilidade. O universal, que é o objeto do intelecto, é a semelhança que existe entre as coisas particulares – o que elas possuem em comum. E é assim que se dá o conhecimento indistinto e confuso, que alcança distinção e esclarecimento com a agudização da consciência sensível. Esta subordinação da inteira consciência à sensibilidade (já que o conhecimento depende da experiência empírica) coloca o problema que determina a passagem da física à metafísica. Se a sensibilidade é sempre consciência das coisas externas, se todo conhecimento é sensibilidade, como pode a alma conhecer a si mesma? Na realidade, a alma não ignora a si mesma, e nem poderia: é necessário portanto fundar a sensibilidade externa sobre a sensibilidade que a alma possui de si. Ou seja, é preciso que o conhecimento do mundo parta do autoconhecimento: este é o problema central da *Metafísica* de Campanella, publicada em Paris em 1638.⁷

A autoconsciência, que é o homem, assim como Deus e mesmo como o menor ser da natureza, é para Campanella o princípio de uma metafísica naturalista. A autoconsciência não é própria apenas da alma, mas de todos os entes naturais, já que são dotados de sensibilidade.

6. A religião natural de Campanella

A filosofia especulativa de Campanella, seja física, seja metafísica, seja teológica, não é um fim em si mesmo, mas tem por finalidade fornecer o fundamento teórico de uma reforma religiosa que conduza os homens à religião autêntica, e reúna numa única comunidade o inteiro

⁷ Sobre a metafísica de Campanella, ver Blanchet, 1920, parte IV.

gênero humano. Sempre inclinado para a profecia religiosa, Campanella avalia a filosofia a partir de sua eficiência enquanto instrumento da consciência religiosa do homem. Profetiza, em primeiro lugar, o retorno ao catolicismo de todos os povos da terra, independentemente de suas crenças, e em segundo, a volta do catolicismo à sua verdadeira natureza. O fundamento deste duplo retorno é a *religião natural*.

A sua primeira formulação do conceito de religião natural aparece na *Cidade do Sol*, onde defende que as características desta *polis*, na qual tudo é minuciosamente disposto e planejado pelos homens de ciência, são:

- a) a comunhão dos bens e das mulheres (conforme o modelo da *República* de Platão);
- b) a religião natural.

A vida dos solarianos é completamente organizada pela razão, o que significa na prática que eles vivem segundo os ditames da metafísica campanelliana: a sua religião é similar a esta metafísica, e se diferencia do cristianismo pela ausência da Revelação, portanto da integração com o sobrenatural que o ensinamento racional exige. Como não conheceram a Revelação, isto é, a vinda de Cristo, os solarianos não crêem na Trindade, mas em um único Deus, representado pelo Sol vivificante.⁸ Afirma ainda Campanella que o cristianismo “nada acrescenta à lei natural, a não ser os sacramentos”, e que por isso “a verdadeira lei é a cristã, e que, suprimidos os abusos, será senhora do mundo”. Os solarianos, “que seguem apenas a lei da natureza, são bastante próximos ao cristianismo”. Em última instância, na *Cidade do Sol* a fé é voltada para um Deus criador, revelado pelo espetáculo da natureza e captado pela razão.

Ao defender nas *Questioni sull’ottima repubblica* os conceitos da *Cidade do Sol*, Campanella afirma querer nesta obra apresentar uma república não fundada por Deus, mas pela filosofia e pela razão humana, para demonstrar que a verdade do Evangelho é conforme à razão humana. A religião natural fica assim fundada sobre a razão e descoberta pela filosofia. Mas é uma religião para os doutos, que não são capazes de promover a unidade espiritual do gênero humano. É também imperfeita, porque lhe falta a integração com o sobrenatural, portanto com o testemunho das profecias, com os milagres, com as graças que dão o poder de difusão e vigor inquebrantável à religião revelada. Como diz Abbagnano (Vol. II, Parte I, p. 142),⁹ “*Alla religione naturale si sarebbe potuto fermare um Campanella filosofo, ma non poteva e non doveva fermarsi il Campanella profeta.*”

Na realidade, Campanella viu na religião natural a *norma* que permite avaliar o valor das religiões históricas, de escolher dentre essas a verdadeira, de justificá-la na sua verdade, e de reconduzi-la ao seu verdadeiro princípio, suprimindo os abusos deletérios. Neste sentido considera que a religião natural, que é *inata*, é sempre verdadeira, enquanto a religião *construída* é imperfeita, e pode ser falsa. Porém não julga possível que a religião inata possa existir sem a religião construída.

⁸ Por outro lado, as capacitações de Sin, Pon e Mor (que por sua vez são, em sua totalidade, também as de Hoh) podem induzir às propriedades trinitárias; assim, os solarianos teriam chegado, pela via da razão natural, aos princípios constitutivos da verdadeira fé através do reconhecimento do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

⁹ Utilizo-me abundantemente neste artigo dos capítulos sobre Telésio e Campanella.

A religião natural é própria a todos os seres que, sendo originários de Deus, tendem a retornar a ele. Há aqui um paralelo com os postulados telesianos quanto à dupla alma dos homens. Como dissemos antes, por possuir o espírito corporal da mesma forma que os animais, o homem percebe os objetos sensoriais – e é desta forma que se apropria da religião inata. Já a religião adquirida, a única que possui mérito e valor moral, é própria exclusivamente dos homens, porque só o homem tem a faculdade de perceber as coisas divinas, por possuir uma alma superior. Vemos assim que, sem a apropriação da física de Telésio, Campanella não teria construído a sua religião natural, e por decorrência a *Cidade do Sol*.

A religião inata, portanto, não possui valor a não ser por sua relação com a religião construída, da qual constitui, logicamente, o fundamento. Campanella encontra na religião inata o fundamento e a norma de todas as religiões positivas para promover o retorno do gênero humano, dividido em seitas religiosas diversas, à única religião verdadeira. Campanella retoma o antigo conceito da Patrística que identifica Cristo com a razão universal, identificando a partir daí a religião natural com o cristianismo. Ele se revela deste modo partidário de uma reforma moral do catolicismo que, deixando intactos os dogmas e a estrutura hierárquica da igreja, a restitua à ordem e simplicidade da época patrística, e conseqüentemente à sua capacidade de difusão universal.¹⁰

A busca essencial da filosofia de Campanella é pela total conciliação entre razão e fé, pela transformação do contraste excludente entre estas esferas, construído pelo agnosticismo renascentista, em uma explícita continuidade gradual que conduza a filosofia da natureza a se transformar em argumento a favor do cristianismo. Vencidos os argumentos panteístas, jogados por terra as reivindicações hedonistas e materialistas, o naturalismo humanista reclama para si a dignidade e legitimidade da própria racionalidade.

Estes argumentos constroem um lugar para Campanella na igreja da Contra-Reforma: ele é o profeta de uma religião que afunda suas raízes na natureza e na razão crítica, dissolvendo a oposição entre fé e razão.

7. Economia, política e sociedade na *Cidade do Sol*

A autarquia, ou independência econômica quase absoluta, é uma característica tipicamente utópica da cidade campanelliana: o solariano, como os cidadãos utopianos de Morus, de Anton Francesco Doni e outros, professa o desprezo pelo ouro e pela prata. Evita o sistema monetário, que gera desigualdade e injustiça, preferindo uma economia fechada, que permita excluir o dinheiro mediante o uso direto da terra e das técnicas por eles mesmos desenvolvidas. A Cidade do Sol é dominada pelo princípio ético-econômico do coletivismo, sintetizado

¹⁰ Como diz Luigi Firpo (1948), “Campanella parece relutante frente à inteira religião positiva, completamente imerso na descoberta alegre de uma auto-suficiência da natureza e de uma religião natural que racionalmente a coroa. Consolidado esse ideal universalista, mas no grande drama da queda e da salvação, Adão e Cristo não são mais os protagonistas: esse novo ponto de vista será atribuído alguns anos depois aos solarianos, e se tornará altamente significativo; estes habitantes crêem de fato na primitiva inocência e numa corrupção remota do mundo, em uma ainda não sanada desestruturação da *machina mundi*, e conhecem bem as várias causas míticas cogitadas para explicá-la; entre outras coisas, também as oferecidas pelas Escrituras, considerando ‘que é feliz o cristão que se contenta em crer que tenha ocorrido por causa do pecado de Adão tanto tumulto’. Os solarianos, portanto, não crêem no pecado de Adão (...), e é inclusive óbvio indagar por que, sem prevaricação, não é dada a redenção. Campanella tem pronta uma nova doutrina para explicar a desordem das coisas humanas, a dos ciclos cósmicos, governados pelos “números fatais”; assunto já presente na *Monarchia*, mas tornado agora preeminente depois do desaparecimento do tema da regeneração cristã”.

pela ausência de propriedade: esta escolha obedece mais a uma dimensão ética do que econômica, pois garante a igualdade, que pressupõe a exaltação do trabalho e o horror ao parasitismo social. Na Cidade do Sol as punições eram muito importantes, aplicadas àqueles que usufruíam individualmente de algo *oposto* aos interesses coletivos. Campanella julgava que o número destes elementos anti-sociais era pequeno, pois estava convencido de que o mau comportamento não era “natural”, não decorria da natureza humana. Se nos libertarmos das causas sociais que conduzem ao mau procedimento, a própria maldade deixará de ser típica. É a necessidade que conduz os homens a se tornarem egoístas, avaros e desonestos. Como disse Campanella, por que razão deverá o crime ser típico se não houver razão para competir por uma posição social, não houver pobreza nem riqueza, abuso de confiança ou ignorância? A Cidade do Sol elimina, dessa forma, todas as fontes de conflitos, como a inveja, o ciúme e a pobreza. Implicando em limites à liberdade, daí deriva uma motivação para o aspecto ascético da moral utópica.

A singular energia das idéias proto-econômicas de Campanella é um dos resultados mais profundos de sua vinculação à filosofia de Telesio que, como vimos, reverbera na sua concepção religiosa.

Para Agnes Heller (1982, p. 290),

as utopias de More e Campanella não deveriam ser tratadas simplesmente como exigências ideais de normas éticas, meramente decorrentes da indignação moral. Desejavam (...) satisfazer simultaneamente as exigências da otimização e da humanização. Esta otimização (...) explorava as possibilidades de fazer um uso máximo dos meios de produção no seu estado de desenvolvimento dado, e de modo nenhum considerava o problema de desenvolver mais ainda os meios de produção, ou de aumentar a produtividade.

Nestas condições, a concepção da satisfação das necessidades humanas seria estática, mesmo não existindo nestas utopias nenhum ascetismo ou partilha da pobreza. Campanella e Morus, portanto, “desejavam e prometiam um modo de vida de acordo com as necessidades de sua época mas verdadeiramente humanista, e que só poderia ser usufruído segundo as normas da época” (ibid.).

A junção das perspectivas ética e econômica, segundo Agnes Heller, dá origem a um estilo especial, que vem a ser justamente a utopia:

a indignação apaixonada e um profundo *pathos* moral combinam-se com uma descrição técnica, objetiva, científica e detalhada do modelo proposto. (...) Objetivamente, o que é paradoxal em ambas as obras é que (...) os seus capítulos críticos têm uma validade universal, enquanto os seus capítulos objetivos, ‘científicos’, são ingênuos (ibid.).

Como Campanella é mais específico com relação ao envolvimento dos solarianos com a ciência e a técnica, ele seria mais acentuadamente “ingênuo”. No entanto, diz Heller (ibid.),

essa ingenuidade não impede que se revele todo o brilhantismo de ambas as obras. Este revela-se particularmente quando da descrição da estrutura econômica (...) em que a produção é pelo menos tão sublinhada como a distribuição e o consumo. More e Campanella sabiam instintivamente que as 'desigualdades' na distribuição são uma função da maneira como a produção se encontra organizada. Aqui, além disso, Campanella, aparentemente mais ingênuo, é de fato mais perspicaz. Com efeito, enquanto More pensava que a eliminação da propriedade privada seria suficiente para por em movimento um novo mecanismo produtivo, para Campanella isso ainda não bastava. Em More, a produção baseia-se na família. Os filhos seguem a atividade do pai, a família fabrica o seu próprio vestuário, etc.; só a distribuição, e em parte o consumo, são em comum. Para Campanella, no entanto, também a produção é social, tendo lugar em oficinas em grande escala e com brigadas de trabalho. O fato de ter podido conceber tal coisa apenas à custa da abolição da família (entre outras coisas) testemunha não só a tradição platônica, como ainda a influência de certos exemplos contemporâneos, particularmente anabatistas.

8. Síntese dos argumentos

Apesar da sua vinculação ao naturalismo e o racionalismo e dos traumáticos elementos biográficos, que tendem a alimentar uma imagem de Campanella como um revolucionário e destruidor das estruturas do Catolicismo, ele é, como a leitura atenta de sua obra demonstra, um confirmador dos ideais da Contra-Reforma, tanto pela sua aversão profunda ao agnosticismo do Renascimento quanto pela rejeição do individualismo anárquico do Protestantismo. O seu universalismo orgânico e hierárquico em nada nega a instituição romana – antes, a confirma ao radicalizá-la no projeto cesaripapista. Eram incontestavelmente ortodoxos seus conceitos de perfeição originária do homem, de decadência do estado de pureza feliz, de redenção através do cristianismo, de unificação dos povos num único rebanho e sob um só pastor.

O Cristo de Campanella é principalmente o filho de Deus em sua segunda vinda, vitorioso do combate ao Anticristo, que reinará na terra no milênio feliz antes do fim do mundo – este Cristo não tem mais a imagem do macerado crucificado: é o instaurador do novo século. Sua filosofia, perfeitamente de acordo com os fundamentos últimos da ortodoxia, nega toda antítese entre natureza e sobrenatural, e mostra como a razão preludia e aspira à revelação. Ele busca mostrar como as teses aristotélicas podem ser impunemente substituídas pelas idéias telesianas, racionalmente mais aptas, sem que nada de substancial da revelação seja questionada.

Desta forma, a *Cidade do Sol* torna-se o “achado filosófico para demonstrar que a verdade do Evangelho está em conformidade com a

natureza”. É fato que os solarianos, porquanto vivam conforme a razão, são “quase catecúmenos da vida cristã”. Explica-se desse modo o título ampliado no “*Diálogo de república, no qual se desenha a idéia de reforma da república cristã conforme a promessa de Deus feita a Santa Catarina e Brígida*”, que impregna a *Cidade do Sol* na justa medida do sistema campanelliano, qual espelho do milênio de beatitude anunciado pelos vaticínios sacros e profanos, que Campanella havia com tanta diligência reunido nos *Articuli prophetales*. Trata-se de reconhecer no modelo campanelliano não “a ordem soberana que restituirá à terra a idade de ouro”,¹¹ mas o prefigurado desenho dos estatutos sociais que a vindoura idade de ouro instaurará sobre a terra: não estamos diante de um programa revolucionário, mas de uma anunciação messiânica. Não diversamente, o acréscimo trazido ao mais tardio dentre os códices italianos, lá onde se fala da comunidade das mulheres e da prontidão dos solarianos no reconhecimento e adoção de práticas eventualmente melhores do que as próprias, perde todo caráter de atenuação conformista; de fato diz Campanella: “quando souberem as razões vivas do cristianismo, comprovadas com milagres, consentirão, porque são dulcíssimos. Mas até agora vivem naturalmente sem fé revelada, nem tentaram ir além disso”.

Conhecimento do cristianismo não é – como bem sabia Campanella – mera notícia histórica e objetiva, mas adesão ética ao sobrenatural, a busca disciplinada da salvação na graça de Deus. Os solarianos, que têm em grande conta Jesus e os apóstolos, conhecem a profecia de Cristo sobre o fim do mundo; o que eles ignoram não são as razões acidentais, mas as “razões vivas”, que entre eles ainda não são desenvolvidas. Tanto na primeira redação da *Cidade do Sol* como na última, a relação entre religião natural e religião revelada permanece imutável, sem atenuações ou despistamentos; diz o texto italiano: “seguem apenas a lei da natureza”, mas “são tão próximos ao cristianismo, que coisa nenhuma falta à lei natural a não ser os sacramentos”; e ainda: “a verdadeira lei é a cristã e, subtraídos os abusos, será senhora do mundo”; os solarianos limitam-se apenas à concepção racional da Trindade “porque não tiveram revelação”; concluirá com plena coerência uma glosa ao texto latino de 1637: “*vigor Evangelii non potest totus naturaliter nosci*”.

Mesmo no maduro sistema campanelliano, após a sua libertação e já no exílio francês, a vida associada solar é mantida, como disse Firpo, como parâmetro incontestado de sociedade perfeita no estado de inocência, na coincidência inicial e final entre as origens remotas e o século de ouro futuro. Já em 1609 esta forma de convivência é defendida e corroborada por uma erudita argumentação nas *Quaestiones politicae*, e da mesma forma é sustentada em 1619, no 14º livro da *Theologia*, apenas com a subtração da comunidade sexual, prática condenada pelo direito positivo divino. Tornado assim parte vital do sistema político-religioso de Campanella, o ideal da *Cidade do Sol* permanece válido até seus últimos anos, no exílio na França: “*Civitas Solis per me delineata ac per te aedificanda perpetuo fulgore splendescat semper*”, declara a Richelieu em 1636.

¹¹ Assim a define De Mattei.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. **Storia della Filosofia**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1946-50.
- BLANCHET, Léon. **Campanella**. Paris: Alcan, 1920
- FIRPO, Luigi. **Bibliografia degli scritti di T. Campanella**. Torino: V. Bona, 1940.
- FIRPO, Luigi. L'utopia política nella Controriforma. In: **Quaderni di "Belfagor"**. Diretti da Luigi Russo. **Quaderno Primo**. Contributi alla storia del Concilio di Trento e della Controriforma. Firenze: Vallecchi, 1948.
- GALILEI, Galileu. **O Ensaiador**. Tradução e notas de Helda Barraco. Coleção Os Pensadores, 3ª ed. S. Paulo: Abril, 1983.
- HELLER, Agnes. **O Homem do Renascimento**. Lisboa: Presença, 1982.
- KRISTELLER, Paul. **Ocho Filósofos del Renacimiento Italiano**. México: Fondo de Cultura Económica, 1970.
- SAITA, Giuseppe. **Il pensiero italiano nell'umanesimo e nel rinascimento, vol. III - Il Rinascimento**. Firenze: G. C. Sansoni Editore, 1961.
- SOLARI, G. Di una nuova edizione critica della "Città del Sole" e del comunismo del Campanella. In: **Rivista di filosofia**, XXXII, 1941, p. 180-197.
- SOLARI, G. Filosofia política del Campanella. In: **Rivista di filosofia**, XXXVII, 1946, pgs. 38-63.